

Televisão pública no Brasil: estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações

Rodrigo Murtinho de Martinez Torres

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF. Mestre em Comunicação pela UFF. Pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (Laces) – ICICT/Fiocruz

27

Resumo:

Apresentamos neste trabalho um estudo preliminar sobre a experiência atual da TV pública no Brasil. O objetivo é expor nosso campo de análise, fazendo uma síntese de cada setor, realçando aspectos importantes que expressam sua especificidade no cenário televisivo brasileiro. Circunscrevem o arco de análise desta pesquisa as TVs que compõem o chamado “campo público”, definido por duas experiências históricas: as “TVs educativas” e os “canais de acesso público” da TV a cabo – canais universitários, legislativos e comunitários.

Palavras-chave: Televisão pública; Televisão; TVs educativas; Canais de acesso público.

Abstract:

In this paper, we present a preliminary study of the public broadcasting TV channel experience in Brazil. The objective is to examine the public television field, showing a synthesis of each sector, highlighting important aspects that show its specificity in Brazilian television system scenario. This research covers an analysis on the so-called public field, defined by two historical initiatives: the TV channels for education as well as the TV channels for public access in the cable system – which comprises the university channels, the congress channel and community channels.

Keywords: Public television system; Television; TV for education; Public access TV channels

INTRODUÇÃO

Neste texto apresentamos um estudo preliminar sobre a televisão pública no Brasil, parte integrante de uma pesquisa de Doutorado¹, iniciada em 2008, na Universidade Federal Fluminense (UFF). O objetivo aqui é apresentar nosso campo de análise – as múltiplas configurações de TVs públicas existentes no país –, fazendo uma síntese de cada setor, realçando aspectos importantes que expressam sua especificidade no cenário televisivo brasileiro.

As TVs públicas no Brasil configuram um campo complexo e instigante. Apesar de ter em comum uma “aura pública”, são canais com características bem distintas, processos próprios de construção e consolidação. Apresentam origens, práticas e objetivos distintos. São produzidas em condições políticas, administrativas e técnicas próprias, além de sofrerem diferentes regulamentações.

Recentemente, essas emissoras e canais públicos foram protagonistas do I Fórum de TVs Públicas, organizado pelo Ministério da Cultura, com o objetivo de debater a integração da televisão pública à TV digital². O Fórum nos permitiu conhecer melhor as características dessas TVs, publicadas num diagnóstico organizado pelas entidades representativas dos principais setores – educativas, universitárias, legislativas e comunitárias³. Este diagnóstico, embora introdutório, compõe um quadro de informações relevantes sobre as TVs públicas no Brasil.

Definimos, portanto, que as TVs públicas que circunscrevem o arco de análise desta pesquisa são as que compõem o chamado “campo público”, definido por duas experiências históricas: as “TVs educativas” e os “canais de acesso público” da TV a cabo⁴. Cabe registrar que essas experiências de TVs públicas são regulamentadas por leis diferentes. Para a confusa e complexa legislação brasileira, as TVs educativas são classificadas como “serviço de radiodifusão” e estão subordinadas ao Código Brasileiro de Telecomunicações (de 1962 e legislação complementar), enquanto os “canais de acesso público” são considerados “conteúdos” que trafegam em um “serviço de telecomunicações”, regulamentados pela Lei da TV a cabo (Lei 8.977 de 1995).

INDICATIVOS DE UM MODELO DE RADIODIFUSÃO

A história da radiodifusão no Brasil, desde seus primórdios, foi marcada pela prevalência dos interesses do mercado em detrimento do interesse público: essa característica é percebida nos processos de consolidação do rádio e, mais tarde, de formação da televisão.

O rádio, apesar de ter passado sua fase inicial – entre 1920 e 1935 – sob lógica não comercial, financiado em grande parte pelos ouvintes, foi paulatinamente assumindo caráter comercial. A introdução na década de 1930 de aparelhos mais baratos possibilitou a ampliação do público ouvinte, tornando o rádio mais atraente para os negócios. Esse processo foi se consolidando com mudanças na legislação que permitiram o aumento do percentual de tempo

destinado à publicidade durante a programação: em 1932 o espaço permitido cresceu para 10%; em 1952, para 20% (ORTIZ, 2006, p. 39-40), e posteriormente para 25%, com a aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), em 1962.

Embora tivesse uma concepção centralizadora e uma expectativa de utilização da radiodifusão como instrumento “na promoção da educação e transmissão da palavra oficial” (ORTIZ, 2006, p. 51), o governo de Vargas se mostrou vacilante no momento de implantar um sistema de radiodifusão sob controle do Estado. Para Ortiz, a contribuição do governo foi decisiva para consolidar a confusão histórica entre interesse público e interesse privado:

Apesar de sua tendência centralizadora, tinha que compor com as forças sociais existentes (neste caso o capital privado, que possuía interesses concretos no setor de radiodifusão). Não deixa de ser sugestivo observar que a própria Rádio Nacional, encampada pelo governo Vargas, praticamente funcionava nos moldes de uma empresa privada. Seus programas (música popular, radioteatro, programas de auditório) em nada diferem dos outros levados ao ar pelas emissoras privadas. [...] quando se olha a porcentagem da programação dedicada aos chamados “programas culturais” observa-se que eles não ultrapassam 4,5%. Por outro lado, entre 1940 e 1946, o faturamento da emissora, graças à publicidade, é multiplicado por sete. Ao que tudo indica, a acomodação dos interesses privados e estatais se realiza no seio de uma mesma instituição sem maiores problemas (ORTIZ, 2006, p. 53).

Para Laurindo Leal Filho, essa observação assinalada por Ortiz “é a referência histórica mais significativa para que possamos entender o modelo brasileiro de radiodifusão. Trata-se de uma articulação perfeita entre o privado e o estatal, com reflexos diretos nos programas levados ao ar” (2000, p. 157).

Outro fator significativo que contribuiu para a consolidação do modelo comercial do rádio foi a chegada ao país das agências de propaganda norte-americanas. Estimuladas pelas multinacionais de produtos de uso doméstico – como sabão, sabonete e creme dental –, as agências foram responsáveis pela implantação do sistema comercial de venda de audiência para anunciantes, além dos programas patrocinados por empresas, como o Repórter Esso (JAMBEIRO, 2007, p. 110).

A política do governo Vargas para o serviço de radiodifusão está expressa no Decreto 24.655/34: formação de uma Rede Nacional de Radiodifusão, controle das outorgas pelo governo e a exploração econômica do setor. O mesmo decreto impôs exigências de natureza técnica para a exploração da radiodifusão. Na opinião de Othon Jambeiro “este foi certamente um fator importante na introdução e consolidação do poder econômico na mídia eletrônica”,

a exigência de obrigações técnicas que só poderiam ser cumpridas mediante vultosos recursos financeiros não só reduziu drasticamente o número de concorrentes como favoreceu a concentração de emissoras nas mãos de poucos. Foi graças a isto que Assis Chateaubriand conseguiu organizar a primeira rede brasileira privada de emissoras, a partir de 1938. Em 1945, ele contava com 15 emissoras de rádio, além de jornais, revistas, editora de livros e agências de notícias (JAMBEIRO, 2002, p. 15).

A experiência do rádio serviu como referência cultural, econômica e política para o nascimento da televisão. No Brasil, apesar de considerada desde o início um serviço público, explorado por meio de concessão outorgada pelo Estado, a política de radiodifusão privilegiou durante os governos que se seguiram os interesses de grupos econômicos e de políticos, em detrimento do interesse público.

A partir dessas breves referências históricas, podemos entender porque a televisão nasceu no Brasil como empreendimento comercial em 1950, com a inauguração da TV Tupi, emissora do grupo Diários Associados. A TV pública surgiu apenas 18 anos depois, em 1968, “quando a televisão já havia se consolidado como o mais importante instrumento da indústria cultural brasileira” (LEAL FILHO, 2000, p. 158).

As TVs EDUCATIVAS

A experiência pioneira coube à TV Universitária de Pernambuco, seguida, em 1969, pela TV Cultura, vinculada ao governo do Estado de São Paulo e, em 1973, pela TVE do Rio de Janeiro, subordinada ao Governo Federal.

Reunidas desde 1998 na Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC), as TVs educativas estão presentes nas principais capitais do país⁵. Em 2007, representavam um universo composto de 1.885 TVs entre geradoras, afiliadas e retransmissoras⁶. Recentemente, a TV Brasil incorporou em sua formação duas dessas emissoras, as TVs educativas do Rio de Janeiro e do Maranhão, fato que não provocou até este momento alteração significativa na configuração do setor.

As primeiras televisões públicas foram definidas pela legislação como serviço de televisão educativa, a ser explorado pela União, estados, territórios, municípios, universidades e fundações, destinados estritamente à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

A restrição imposta à finalidade meramente educacional, segundo documento da ABEPEC, acabou não existindo de fato, mas é identificada como medida que visava favorecer os interesses econômicos do setor:

Suas programações adquiriram uma dimensão generalista, com programas educativos, artísticos, culturais e infantis. Mais tarde acrescentou-se a esses conteúdos a informação jornalística. E isso tudo aconteceu à revelia da legislação de 1967, elaborada em plena ditadura que limitava o âmbito da programação das televisões com outorga não comercial à transmissão de aulas e conferências. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p. 39-40).

O Decreto-lei 236/67 além de impor o caráter restritivo, eximiu as outorgas de TVs educativas da necessidade de publicação em edital, como previa o Código Brasileiro de Telecomunicações. Anos mais tarde, o Governo Fernando Henrique publicou o Decreto 1.720/95 estendendo à radiodifusão as exigências previstas pela Lei das licitações e contratos⁷, dispensando, porém,

as educativas do processo licitatório⁸. Essa brecha foi consagrada pelo Decreto 2.108/96, “dispensando a licitação para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos” (LIMA, 2007).

O uso das concessões de TV como “moeda de barganha” entre o governo e políticos, prática conhecida como “coronelismo eletrônico”, é fartamente utilizada no país. Fernando Henrique Cardoso autorizou 357 concessões de TVs educativas sem licitação, parte considerável durante o período em que Pimenta da Veiga (PSDB-MG) ocupou o Ministério das Comunicações. Das concessões que este distribuiu, perto de 100, pelo menos 23 foram para políticos, a maioria de Minas Gerais. No Governo Lula, durante três anos e meio de seu primeiro mandato, foram aprovadas 110 emissoras educativas – 29 televisões e 81 rádios –, sendo pelo menos sete concessões de televisão e 27 de rádio para fundações ligadas a políticos⁹. Diante desse quadro, podemos presumir que parte significativa dessas emissoras está a serviço de interesses particulares e distante de sua finalidade educacional.

As emissoras que fazem parte da ABEPEC adotam diferentes estruturas administrativas e de financiamento,¹⁰ e mantêm relações distintas com o Estado e com a sociedade civil. Praticamente todas as emissoras ligadas aos governos estaduais e federal transformaram-se em instituições de direito público, visando uma maior liberdade administrativa. A lei que criou a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), mantenedora da TV Brasil, determina que a EBC deve se organizar “sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% serão de titularidade da União”.

A TV Cultura de São Paulo, emissora da Fundação Padre Anchieta ligada à Secretaria de Cultura do Governo de São Paulo, segue um modelo semelhante ao da BBC de Londres, considerada uma das principais referências de TV pública no mundo.

A Fundação Padre Anchieta adotou como poder máximo um Conselho Curador formado por representantes de instituições públicas e privadas da sociedade paulista, inspirado no Conselho de Governadores da BBC de Londres. Com algumas limitações, se comparado ao seu inspirador, ainda assim o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta é a principal barreira institucional às investidas do Estado e da iniciativa privada sobre as emissoras. [...] As limitações estão no fato de existirem no Conselho cadeiras vitalícias e de haver uma presença excessiva de representantes de órgãos estaduais (LEAL FILHO, 2000, p. 159-160)¹¹.

A TV Brasil também adotou um Conselho Curador em sua estrutura. Sua composição, quando divulgada, gerou polêmica pelos critérios de representação adotados pelo Palácio do Planalto. Na contramão das expectativas, o governo optou pela indicação do que chamou de “personalidades representativas da sociedade”, entre elas Luiz Gonzaga Belluzzo (presidente), MV Bill, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (Boni) e Delfim Netto – este último, ministro da ditadura e signatário do AI-5¹².

Na escolha da estrutura administrativa estão embutidas definições relativas às formas de participação da sociedade e o grau de independência que as TVs devem manter do(s) governo(s). O episódio da entrevista com João Pedro Stedile, do Movimento Sem-Terra (MST), ocorrido em maio de 2000, ilustra bem um caso típico de interferência de governos na definição do conteúdo. A entrevista foi exibida na TV Cultura de São Paulo e impedida de ser veiculada nas TVs educativas do Rio de Janeiro e Nacional de Brasília, censurada pelo então secretário de Comunicação do Governo Federal, Andréa Matarazzo.

A interferência dos governos estaduais no conteúdo exibido em suas respectivas emissoras educativas merece ser observada. São inúmeros os casos de intervenção política nessas emissoras, que promovem políticos aliados e até mesmo deixam de exibir notícias que possam prejudicá-los. Em 2001, a TV educativa baiana deixou de retransmitir dois programas¹³ que continham acusações contra Antônio Carlos Magalhães. No mesmo ano, Alberto Dines cancelou uma edição do Observatório da Imprensa no qual entrevistaria João Carlos Teixeira Gomes, autor do livro *Memória das Trevas*, contendo denúncias também contra o senador. Para Suzy Santos, esses fatos comprovam que “de maneira adversa à idéia de TV pública independente, ainda são escassas no país as estações públicas que não estão diretamente condicionadas aos poderes públicos” (SANTOS, 2005, p. 3).

A independência administrativa das emissoras esbarra permanentemente no aspecto financeiro. No modelo inglês da BBC, a independência financeira diante do governo e da propaganda é garantida pelo pagamento das taxas anuais feitas pelos usuários do serviço de radiodifusão¹⁴. No Brasil, quem financia as emissoras deste setor são os governos estaduais e federal. Em 2007, o orçamento total anual das 19 emissoras educativas filiadas à ABEPEC foi de quase R\$ 430 milhões¹⁵.

Na lei que deu origem à TV Brasil foi aprovada a Contribuição para o Fomento da Radiocomunicação Pública, com recursos oriundos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Dessa forma, a TV Brasil não dependeria apenas da verba do orçamento da União e do empenho do governo para a sua aprovação. Porém, em 2008, os recursos do Fistel ficaram retidos depois que a oposição questionou a sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.¹⁶

O conteúdo transmitido por essas emissoras, na maior parte, é produzido pela TV Brasil e pela TV Cultura de São Paulo. A recém-criada TV Brasil vem negociando com emissoras estaduais a formação de uma rede nacional

SOB AS MARCAS DO NEOLIBERALISMO... E DOS RADIODIFUSORES

Em meados da década de 1990, quase trinta anos depois do nascimento da TV pública, surgem os canais de acesso público juntamente com a chegada da TV por assinatura no país. É um período marcado pelo “encolhimento

do espaço público e o alargamento do espaço privado sob os imperativos da nova forma de acumulação do capital, conhecida como neoliberalismo”, como definiu Marilena Chaui (2006).

Um dos principais alvos da universalização neoliberal foi o setor das comunicações. Na América Latina, países como Brasil¹⁷, Argentina, Chile, Peru e Venezuela tiveram seus sistemas de telecomunicações completamente privatizados durante a década de 1990 (CAPPARELLI; SANTOS, 2001, p. 256-257). Segundo Venício A. de Lima, a desregulamentação do setor teve início em 1995, com a Lei da TV a Cabo¹⁸, primeiro instrumento normativo a abrir o setor às empresas internacionais – limitando em 49% a participação de capital estrangeiro nas operadoras (LIMA, 2001, p. 95).

Porém, o setor da radiodifusão permaneceu praticamente inalterado nesta década. A mesma emenda constitucional que quebrou o monopólio estatal das telecomunicações criou uma distinção entre este serviço e a radiodifusão. A fórmula encontrada visava preservar o setor da radiodifusão do capital estrangeiro e da regulação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (HERZ, 1997).

A participação do capital estrangeiro nas empresas de radiodifusão ocorreu somente em 2002, com uma mudança na Constituição, articulada pelas Organizações Globo e pela ABERT, mesmo sem contar com o apoio de outras emissoras.

CANAIS DE ACESSO PÚBLICO

É nesse contexto que surgem os canais de acesso público, criados pela Lei da TV a cabo. O artigo 23 prevê que as operadoras de TV a cabo devem disponibilizar “canais básicos de utilização gratuita”, destinados à promoção da cidadania, ocupados pelos poderes Legislativo e Judiciário, universidades, órgãos governamentais educacionais e culturais, comunidades e entidades sem fim lucrativo.

Esses canais começaram a operar em 1996, apesar da falta de uma regulamentação mais precisa. Com trajetórias distintas, os canais estão organizados em torno de entidades representativas, o que nos permite observar não só experiências isoladas, mas também algumas características comuns de cada setor. Principalmente os canais universitários, legislativos e comunitários que representam a parte mais expressiva e que constituem, junto com as TVs educativas, o foco desta pesquisa¹⁹.

Paradoxalmente, os “canais de acesso público” estão restritos aos assinantes da TV a cabo, o que corresponde a um universo em torno de 10% da população²⁰. Um estudo encomendado pela Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA)²¹, em 2002, revela que mais de 90% dos assinantes são das classes “A” e “B”, e apenas 1% das classes “D” e “E”, diagnóstico que certamente persiste, devido à manutenção do principal entrave para o crescimento da base de assinantes: relação entre renda da população e o valor das assinaturas.

Canais universitários

Os canais universitários são compartilhados por universidades e instituições de pesquisa situadas no mesmo município da área de prestação do serviço. O “Mapa dos Canais Universitários no Brasil”, estudo realizado em 2004 para a UNESCO²², contabiliza 30 canais de cabodifusão mantidos por 64 instituições de ensino superior. Desses, cerca de um terço é compartilhado por várias instituições e o restante ocupado por apenas uma TV universitária.

Os canais compartilhados normalmente são geridos por entidades mantenedoras criadas pelas instituições com esta finalidade. A mantenedora do Canal Universitário do Rio de Janeiro (UTV) é a Sociedade de Televisão das Universidades do Rio de Janeiro, que congrega 11 instituições²³.

Nas universidades, as estruturas responsáveis pelas TVs, na maioria dos casos, estão ligadas diretamente às estruturas de direção, seja pelas reitorias ou pró-reitorias, ou mesmo à presidência das fundações, estando a menor parte relacionada diretamente aos cursos de comunicação.

Na quase totalidade dos casos é o orçamento das próprias instituições que sustentam os canais. Mais de 70% das filiadas à ABTU são financiadas pela própria instituição mantenedora, mesmo as que contam com recursos externos como patrocínios, co-produção, financiamento de fundos, dificilmente superam os 10%. “Apenas duas afiliadas da ABTU declararam ter mais de 40% de financiamento externo, outra tem 30% e outra com 20% [...]. Há uma grande variação orçamentária, com emissoras com orçamentos de R\$ 30 mil a R\$ 1,5 milhões anuais. Mas a média é em torno de R\$ 500 mil/ano” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006).

Em geral, os canais universitários compartilhados organizam suas grades de programação destinando faixas de horário para cada instituição, a partir de critérios preestabelecidos. Neste mergulho inicial não foi encontrado registro de produção coletiva, produzida conjuntamente pelas instituições que compartilham o mesmo canal.

AABTU lançou em 2008 a Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária (RITU). O projeto propõe a troca e o compartilhamento de programação e pretende ser o embrião de uma futura rede nacional de TVs universitárias.

Canais legislativos

Os canais legislativos atuam em âmbito nacional, estadual e municipal. Segundo dados da ASTRAL, além da TV Senado e da TV Câmara, transmitidas para todo país, o setor é composto por 23 TVs das assembleias legislativas e 39 TVs das câmaras de vereadores. Em sua programação exibem seções plenárias, reuniões de comissões temáticas, comissões parlamentares de inquérito (CPIs), audiências públicas, além de programação educativa, cultural e jornalística.

Estão administrativa e financeiramente atreladas às mesas diretoras das respectivas casas legislativas. O site da TV Senado apresenta como diretriz a “independência editorial para o desenvolvimento dos seus projetos e produtos jornalísticos”. A TV Câmara alicerça sua independência num “Conselho Editorial formado pelos Diretores Geral e Executivo da TV, seis responsáveis pelos Núcleos de Produção e dois representantes dos colaboradores (servidores e terceirizados)” que participam de reuniões nas quais são decididos os projetos a serem desenvolvidos, e aferido o controle de qualidade da programação.

Porém, um relato publicado na coluna Panorama Político do jornal O Globo, assinada pelo jornalista Ilmar Franco, sugere que a independência jornalística da TV Câmara nem sempre agrada a seus dirigentes e aos líderes dos partidos. Diz a nota:

Transparente. Durante a reunião de líderes, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), reclamou ontem da atuação da TV Câmara. “Vejam só, um repórter da TV Câmara me questionou sobre a não-divulgação das notas fiscais da verba indenizatória, em vez de ressaltar que somos o Congresso mais transparente do mundo”, disse. Chinaglia acabou agradando aos deputados presentes, que consentiram²⁴.

As TVs legislativas tornaram-se importantes instrumentos de cidadania, possibilitando o acompanhamento mais transparente do cotidiano do parlamento. Isso pôde ser comprovado nas transmissões das seções da CPI dos Correios, em 2005. Um instituto de pesquisa revelou que a TV Senado superou a audiência de noticiários como Bom Dia Brasil, da TV Globo, Jornal da Noite, da Band, e da Globonews²⁵.

35

Canais comunitários

Os canais comunitários são destinados às organizações não-governamentais e sem fins lucrativos com sede nos municípios onde há prestação de serviço de TV a cabo. Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) esses municípios passam de 200, sendo que os canais comunitários estão organizados em 70 deles. Os primeiros canais foram ocupados, entre 1996 e 1997, em Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São José do Rio Preto.

Esses canais são majoritariamente provedores de conteúdo, cabendo a produção às próprias entidades de forma autônoma e independente. A Associação de Entidades Usuárias do Canal Comunitário de TVs por Assinatura do Rio de Janeiro, entidade mantenedora da TV Comunitária do Rio conta com 75 entidades filiadas, das quais 15 produzem programas e têm horário fixo na grade de programação.

A principal dificuldade dos canais comunitários encontra-se no financiamento para a infra-estrutura – normalmente cotizada pelas entidades participantes – e para produção da programação. Como nos demais canais previstos na Lei da TV a cabo, são proibidos de veicular publicidade comercial. São permitidos, no entanto, apoio cultural e menção a patrocínio nos programas

(Norma 13/96 do MiniCom). Buscando reduzir os problemas de financiamento, a ABCCOM vem pressionando o Congresso Nacional pela aprovação do Projeto de Lei que destina parte de recursos do Fundo de Fiscalização de Telecomunicações (Fistel) para seus canais.

CAMINHOS DA PESQUISA

A metodologia desta pesquisa abrange aspectos conceituais e empíricos. A pesquisa conceitual está centrada na análise do modelo de radiodifusão e de televisão pública desenvolvidos no Brasil, considerando as influências dos modelos europeu e norte-americano e as noções de “público” e de “serviço público” que nortearam a formação desses sistemas. Outro aspecto conceitual importante é a compreensão do papel da televisão, e da televisão pública, na sociedade atual – hegemônica pelo neoliberalismo –, e os padrões que se estabelecem na relação entre as TVs públicas e as diferentes esferas de Estado.

Na pesquisa empírica vamos analisar as experiências atuais de TVs públicas a partir do corpus delimitado neste projeto: educativas, universitárias, legislativas e comunitárias. A pesquisa de campo será realizada nos níveis nacional – com as entidades representativas de cada setor (ABEPEC, ABTU, ASTRAL e ABCCOM), buscando uma visão geral de cada setor e o posicionamento das entidades sobre os temas; e local – com o foco da pesquisa direcionado para a uma experiência de cada setor, situadas no estado do Rio de Janeiro: UTV – Canal Universitário, TV ALERJ – Assembléia Legislativa, TV Comunitária e TV Brasil.

Serão verificados diferentes aspectos relacionados à experiência desses canais a partir de um roteiro baseado nas seguintes características: modelo de gestão; modelo de financiamento; critérios para produção de programação; critérios para composição de grade de programação; tipos de vínculo com a produção independente; vínculo com as esferas de Estado; formas de participação da sociedade; processo de concessão de outorga ou constituição do canal.

Finalizamos este texto expondo duas hipóteses, construídas até o momento, para o desenvolvimento desta pesquisa. Como hipótese principal afirmamos que as TVs públicas vivem num hiato entre o modelo hegemônico de televisão comercial – alicerçado no binômio publicidade e audiência – e o modelo de radiodifusão pública europeu do século XX, estruturado a partir de um sistema público, próprio dos Estados nacionais. Como expressão deste hiato temos TVs públicas fragilizadas, dependentes de um Estado omissivo, dirigido por governos comprometidos com as políticas neoliberais e contaminados por práticas clientelistas. Trabalhamos também com a hipótese de que, diante da falta de políticas públicas promovidas pelos governos para o setor, associada ao esvaziamento político da sociedade civil, as TVs públicas buscam modelos de gestão, financiamento e de programação semelhantes às TVs comerciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy. “Caminhos cruzados: a televisão entre a web e as teles.” In: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. Janelas do ciberespaço: comunicação e cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 254-277.

CHAUI, Marilena. “Intelectual engajado, uma figura em extinção?” In: NOVAES, Adauto (org.) O silêncio dos intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HERZ, Daniel. A renúncia a uma política de telecomunicações, em nome da telefonia e da radiodifusão. Texto apresentado no GT de Políticas Públicas de Comunicação da INTERCOM. Porto Alegre, 1997.

JAMBEIRO, Othon. “A re-configuração do ambiente regulador das comunicações na sociedade da informação.” In: RAMOS, Murilo C.; SANTOS, Suzy dos (orgs). Política de comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

JAMBEIRO, Othon; MOTA, Amanda; RIBEIRO, Andréa; COSTA, Eliane; BRITO, Fabiano. “A Radiodifusão Sob o Regime da Constituição de 1934.” In: VI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicacion, 2002, Santa Cruz de la Sierra. Alaic, 2002.

LEAL FILHO, Laurindo. “TV Pública.” In: BUCCI, Eugênio (org.). A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

LIMA, Venício A. de. Mídia: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. Coronelismo eletrônico na radiodifusão educativa. In: Observatório da Imprensa, www.observatoriodaimprensa.com.br, em 12/6/2007.

MERCOSUL. Diagnóstico Brasileiro – Seminário “A Comunicação Pública no Processo de Integração Regional”, janeiro 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. I Fórum Nacional de TV’s Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira: Cultura Brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Suzy dos. O dono do mundo: o Estado como proprietário de televisão no Brasil. Trabalho apresentado ao NP de Políticas e Estratégias da Comunicação, do Intercom, 2005.

NOTAS

¹ TV pública no Brasil – limites e alternativas frente à hegemonia neoliberal. Projeto de doutorado aprovado em 2007.

² O I Fórum de TVs Públicas foi realizado em duas etapas, a primeira em 2006, e a segunda em 2007.

³ Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC), Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL) e Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM).

⁴ São objetos de análise as TVs públicas transmitidas por radiodifusão e pelas operadoras de TV por assinatura. Não fazem parte desta análise as experiências transmitidas exclusivamente em “TVs de rua”, em circuitos fechados e pela internet. Utilizaremos o termo “múltiplas configurações de TV pública no país” para designar as educativas, universitárias, legislativas e comunitárias – as três últimas transmitidas na TV a cabo.

⁵ TV Educativa de Alagoas, TV Cultura Manaus, TV Educativa (BA), TV Ceará, TV Nacional (DF), TVE Espírito Santo, TVE Maranhão, Rede Minas de Televisão, TV Regional (MS), TV Cultura (PR), TV Universitária (PE), TVE Paraná, TVE - Rede Brasil (RJ), TV Universitária (RN), TVE (RS), TV Cultura (SC), TV Aperipê (SE), TV Cultura (SP), TV Palmas. Esses dados antecedem a formação da TV Brasil.

⁶ I Fórum Nacional de TVs Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

⁷ Lei 8.666/1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

⁸ Mantendo sua autorização pelo Ministério das Comunicações, com submissão posterior ao Congresso Nacional.

⁹ Dados publicados por Elvira Lobato na Folha de S. Paulo, 25/08/2002, citados por Venício A. de Lima no artigo “Coronelismo Eletrônico na radiodifusão educativa”. Publicado no Observatório da Imprensa: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=437IPB002>>, em 12/06/2007.

¹⁰ Entre elas autarquias estaduais, fundações públicas de direito público, fundações públicas de direito privado, empresas de economia mista, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Organizações Sociais.

¹¹ O Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta é constituído por 55 membros, sendo três vitalícios, 21 eleitos pelo próprio Conselho e 21 natos. Entre os natos estão o representante dos funcionários, reitores de universidades, da SBPC, do legislativo estadual, representantes dos governos estadual e municipal (da capital), entre outros. (LEAL FILHO, 2000, p. 160)

¹² A composição na íntegra do Conselho Curador da TV Brasil: Ângela Gutierrez, Cláudio Lembo, Delfim Netto, Ima Vieira, Isaac Pinhanta, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, José Martins, José Paulo Cavalcanti Filho, Lúcia Willadino Braga, Luiz Edson Fachin, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Penha Maia, MV Bill, Rosa Magalhães e Wanderley Guilherme dos Santos.

¹³ Ver Santos, 2005, p. 3.

¹⁴ A BBC, rede de rádio e televisão é custeada pela taxa anual paga pelos usuários no valor, em 2005, de US\$ 222, gerando orçamento de US\$ 5 bilhões por ano. Dados citados no artigo “Rede britânica anuncia aumento de taxa anual”, Observatório da Imprensa em 14/10/2005.

¹⁵ Informações publicadas no Diagnóstico Brasileiro – Seminário “A Comunicação Pública no Processo de Integração Regional”. Mercosul, janeiro 2007.

¹⁶ “EBC finaliza transição, mas ainda precisa definir identidade”. Jonas Valente, Observatório do Direito à Comunicação, em 23/06/2008.

¹⁷ A adesão do Brasil às políticas de desregulamentação – como projeto – se concretiza a partir do primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso. De 1995 a 1998 ocorreram inúmeras privatizações de empresas estatais, culminando com a privatização das telecomunicações (Sistema Telebrás), no final de seu primeiro mandato.

¹⁸ As demais modalidades de TV por assinatura, como o MMDS e o DTH, tiveram sua regulamentação posterior, por meio de portarias e decretos do Ministério das Comunicações, sem discussão e aprovação pelo Congresso Nacional. Nessas modalidades o governo liberou em 100% a participação de capital estrangeiro.

¹⁹ A TV Justiça, canal do Supremo Tribunal Federal, apesar de sua importância, constitui experiência isolada, sem correspondente em âmbito estadual, ficando, portanto, fora dos critérios metodológicos propostos para esta pesquisa.

²⁰ Resultados setoriais TV por assinatura – operadoras. Período: 2006, número RS-22, março de 2007 – Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) / Sindicato das Empresas de TV por Assinatura (Seta).

²¹ “Proposta de novo modelo – TV por assinatura”. ABTA. Versão atualizada, de 11/10/2002.

²² Trabalho realizado por Fabiana Peixoto; trata-se de versão atualizada e ilustrada da pesquisa desenvolvida pela equipe do professor Juliano Carvalho, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, em 2002.

²³ Universidade Cândido Mendes (UCM), Fundação Cesgranrio, Universidade Estácio de Sá (Unesa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Gama Filho (UGF), Instituto Militar de Engenharia (IME), Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade do Rio de Janeiro (UniRio), UniverCidade e Universidade Veiga de Almeida (UVA).

²⁴ Franco, Ilmar. Panorama Político. In: O Globo. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2008, 2. edição.

²⁵ Carvalho, Joana. “Audiência cresce com CPMI ao vivo”. Publicado no Observatório da Imprensa em 01/08/2005. <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=340IMQ008>>